



Profissionalização no serviço público

Cursos, palestras e aulas práticas ajudam na integração de novos servidores e promovem a profissionalização da carreira pública na Justiça Federal de São Paulo.

NESTA EDIÇÃO

MEIO AMBIENTE

O PLANO COLLOR E A JUSTIÇA FEDERAL

DESAFIOS DAS VARAS DE EXECUÇÕES FISCAIS

SISTEMAS DE INFORMÁTICA

Presente, passado e futuro

A Justiça em Revista desta edição traz alguns assuntos muito atuais e esperados como a posse dos novos servidores e inovações da informática, junto com a reportagem sobre o Plano Collor e seu reflexo na Justiça Federal.



Presente, passado e futuro se mesclam e todos juntos demonstram o quanto a Justiça Federal cresceu nos últimos tempos. Os mais novos servidores e estagiários provavelmente não têm lembrança daquela época dos planos econômicos em que as filas na porta da Justiça Federal eram quilométricas. Os juízes federais na ocasião se tornaram conhecidos da população e muitos passaram a ser admirados. A maioria deles foi promovida ao TRF, outros se aposentaram. Nós, os atuais juízes de primeira instância assistimos isso de uma forma ou de outra: como servidores, advogados, estagiários ou ainda, o mais importante: como cidadãos. Foi uma época de explosão de ações judiciais com escassos recursos humanos e, salvo engano, quase nenhum ou nenhum recurso de informática. Uma “crise” que gerou frutos positivos, como gostei de aprender nesta edição com a matéria da juíza federal Eliana Parisi e Lima.

A Justiça Federal foi mudando de rosto de lá para cá. Além de ser conhecida como a responsável pela “liberação dos cruzados”, também se tornou mais próxima da população mais carente com a instituição dos juizados especiais federais que na nossa Região já começou virtual graças aos esforços de muitos juízes e servidores, dentre os quais destaco o admirável Desembargador Santos Neves, à época Diretor do Foro, que se aposentou no mês de setembro próximo passado.

Um dos setores mais demandados hoje em dia é a área de informática. Estamos todos dependentes dos

novos recursos que nos conferem cada vez mais instrumentos eficazes e velozes para melhor trabalharmos. O controle de materiais de consumo e a compra de livros agora são totalmente virtuais possibilitando maior rapidez e imediato controle. E a demanda nesta área é crescente, dinâmica e voraz.

Os novos servidores finalmente estão sendo empossados. O último concurso havia vencido em junho de 2006 e, portanto, ficamos dois anos sem poder repor nosso quadro de pessoal e trabalhando com número insuficiente de pessoas. Aos poucos eles estão chegando trazendo a alegria de quem estava estudando e lutando por um ideal para somar com a ansiedade e longa espera dos que aqui já estavam. Vieram somar à família da Justiça Federal já repaginada, mais informatizada, cada vez mais virtual e organizada. Tanto é que parte do treinamento “flash” de uma semana implica em aprender a lidar com o sistema processual, internet, intranet e groupwise, que, vale lembrar, hoje em dia está disponível a todos em qualquer lugar do mundo. Basta clicar: <https://webmail.jfsp.gov.br>, login e senha.

É uma grande alegria poder assistir a Justiça Federal se informatizar e crescer. Eu não imaginava isso quando era estagiária e ficava horas na fila para ver um andamento de um processo do Plano Collor escrito em uma fichinha de papel. Tenho certeza que muito em breve surgirão outras ferramentas boas e céleres para o nosso trabalho, graças – é bom destacar – ao que a Justiça Federal tem de melhor: nosso material HUMANO.

Renata Andrade Lotufo
Juíza Federal Diretora do Foro

ÍNDICE

| | |
|--|----|
| Aconteceu..... | 03 |
| Casos Federais: Cresce a importância da Justiça na preservação do meio ambiente | 04 |
| História: O Plano Collor e a Justiça Federal | 05 |
| Recursos Humanos: Bem-vindos: novos servidores recebem treinamento e orientação | 06 |
| Boas Práticas: Desafios e prioridades na administração de Varas Especializadas em Execuções Fiscais..... | 08 |
| Tecnologia: Informática passa por inovações..... | 10 |
| Entretenimento e Cultura..... | 11 |
| Canal Aberto: “A Esperança e o drama” | 11 |

EXPEDIENTE

Diretora do Foro: juíza federal Renata Andrade Lotufo. Vices-diretores do foro: juíza federal Raecler Baldresca e juiz federal Rodrigo Zacharias. Diretora da secretaria administrativa: Rosineia Silva. Projeto Gráfico: Helio C. Martins Jr. Seção de Divulgação Social: Christiane Amélia Martins Fonseca, Dorealice de Alcântara e Silva, Elizabeth Branco Pedro, Gerrinson Rodrigues de Andrade, Hélio C. Martins Jr, Ricardo Acedo Nabarro, Viviane Ponstinnicoff, estagiária: Érica Costa. Visite também a versão virtual da revista em <http://imprensa.jfsp.gov.br>.



Fotos: Heilo Martins Jr. e Dorealice A. Silva

III Encontro de Juizes Administradores – Diretores de fóruns e presidentes de juizados reuniram-se no Fórum de Campinas/SP, no dia 15/8, para tratar do planejamento estratégico e promover a integração entre as diversas subseções e a Administração Central. Na ocasião, foram apresentados os sistemas eletrônicos de almoxarifado e farmácia existente na JF/SP. *



Foto: Ricardo Acedo Nabarro

Fórum de Santos comemora 20 anos – A 4ª Subseção Judiciária Federal de Santos comemorou 20 anos de funcionamento com várias palestras durante a semana de 18 a 22/8. Além do seminário, no dia 22/8 foi celebrado ato solene no auditório do Fórum com a participação de várias autoridades e a presença da ministra Eliana Calmon, do Superior Tribunal de Justiça. *



Fóruns homenageiam desembargador e ex-primeira dama – Os Fóruns Federais de São José dos Campos e de Araraquara receberam, respectivamente, os nomes do desembargador federal Jediael Galvão Miranda e da antropóloga Ruth Cardoso. Jediael Miranda era natural de S.J.Campos/SP, foi juiz federal daquela cidade por dez anos e se tornou desembargador federal do TRF3 em 2003. Faleceu no dia 24/7 em acidente automobilístico; Ruth Cardoso nasceu em Araraquara/SP, foi primeira-dama do país por oito anos e faleceu de ataque cardíaco no dia 24/6.

Juiz recebe Medalha do Pacificador – O juiz federal substituto Antônio André Muniz Mascarenhas de Souza, da 6ª Vara Federal de Santos/SP recebeu, no dia 25/8, a condecoração do Exército Brasileiro “Medalha do Pacificador”. A cerimônia de entrega aconteceu em Brasília/DF, com a presença de autoridades civis e militares.

Foto: Ricardo Acedo Nabarro

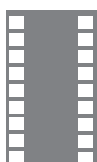


Eliminação de processos - A Justiça Federal de São Paulo já eliminou 1,5 tonelada de papel, fragmentados e doados para o Instituto Nacional de Preservação Ambiental - INPA. São quase três mil processos findos provenientes dos fóruns da capital e de São Bernardo do Campo, eliminados como parte do Programa de Gestão Documental da Justiça Federal.*



Foto: Ricardo Acedo Nabarro

Materiais são catalogados para desfazimento – Cadeiras, armários, estantes, mesas de computador e cerca de mil máquinas de escrever e de calcular, guardados na Unidade da Presidente Wilson, foram catalogados para serem leiloados pela Central de Hastas Públicas Unificadas. O desfazimento dos equipamentos que não têm mais utilidade na Justiça Federal servirá para aumentar o espaço físico do local, necessário para o almoxarifado e arquivo geral.



*Assista ao vídeo no espaço multimídia da Revista virtual em: <http://imprensa.jfsp.gov.br> ou pela internet no endereço: www.jfsp.jus.br no botão: **imprensa > videoteca virtual.**

Cresce a importância da Justiça na preservação do meio ambiente

Dorealice de Alcântara e Silva

Cada vez mais a JF é acionada para solucionar questões ambientais. A Seção Judiciária de São Paulo (JF/SP) recebeu 1.659 ações nos últimos três anos, com assuntos que passam pela caça a animais silvestres, poluição do ar e das águas, riscos ao patrimônio histórico cultural etc.

O maior número dessas ações está em São José do Rio Preto (231), Presidente Prudente (205), Ribeirão Preto (180) e Santos (101). A simples leitura desses números não permite concluir que nessas subseções as agressões ao meio ambiente sejam maiores ou mais graves do que nas demais, mas serve como um indicador de que nelas a comunidade está alerta.

O que se percebe ao longo dos 46 fóruns da JF/SP é que existe grande diversidade de agressões à vida e ao meio ambiente e que o Judiciário vem desempenhando um papel importante nesse cenário.

Nas subseções judiciárias localizadas ao norte do Estado, como São José do Rio Preto e Ribeirão Preto, predominam ações penais por invasão de áreas de preservação permanente ao longo do Rio Grande e de seu



Imagem Ilustrativa

afluente, o Rio Pardo, com a construção de ranchos e destruição da vegetação nativa. À oeste do Estado, em Presidente Prudente, são numerosas as ações por pesca em período proibido, quando os peixes estão subindo o curso do rio Paraná para se reproduzirem. Lá também há ações por invasão de terras da União e destruição de áreas de preservação ambiental permanente na ilha

Presidente Epitácio.

Na capital, a maioria das ações deu entrada antes da criação de fóruns no interior e trata da caça a animais silvestres. Na 3ª Vara Criminal, tornou-se famoso pela crueldade o caso de um político que ofereceu um churrasco de passarinhos aos amigos. (Ação Penal: 8174547)

Com o litoral sul sob sua jurisdição, Santos lida com esgoto e óleo em águas marítimas, invasões em áreas de preservação da Mata Atlântica e ainda com um rico patrimônio histórico cultural em risco. As ações são muitas e se pode dizer que se justificam, afinal trata-se da sobrevivência do planeta com todas as espécies de vida que comporta - inclusive a humana.

O forte e a fortaleza de Santos

A 4ª Vara Federal reconheceu como um único conjunto arquitetônico a Fortaleza de Santo Amaro da Barra Grande, o Fortim de Góes e o Portão Espanhol, edificadas em 1583 durante o reinado de Felipe II da Espanha e I de Portugal, para conter a invasão e saque de corsários a Santos e São Vicente. A juíza Alessandra N. A. Aranha fixou, em sentença, prazo de cinco anos para a União e o IPHAN recuperarem a área que corria o risco de não existir mais. (ACP95.0207496-5)

Jaú proíbe queimar cana

O juiz federal Gilberto Mendes Sobrinho, da 1ª Vara, declarou nulas as autorizações que permitiam a queima da palha da cana-de-açúcar na região de Jaú. Ele destacou quatro pontos: desequilíbrio ambiental pela prática da monocultura; lançamento de gases na atmosfera contribuindo para o aquecimento global; prejuízo à biodiversidade local pela morte de espécies animais e vegetais; doenças respiratórias provocadas pelos gases resultantes da queima da palha. Determinou que sem licenciamento ambiental aprovado pelo IBAMA após estudo de

impacto ambiental e respectivo relatório, não há queima. (ACP 2007.61.17.002615-9)

Marília exige licença para PETs

Usar embalagens plásticas (PET) para cerveja e chope, só com apresentação de estudo de impacto ambiental (EIA/RIMA) aprovado pelo IBAMA e adoção de medidas eficazes para evitar danos ambientais. O juiz federal Luiz Antonio R. Marins, da 2ª Vara, considerou que os riscos para o meio ambiente pelo uso dessa embalagem podem causar impacto nacional. (ACP 2002.61.11.001467-2)

Ribeirão Preto proíbe ranchos em área ambiental

Sete ranchos localizados às margens do Rio Pardo foram desocupados e suas edificações demolidas. Na sentença da 1ª Vara, o juiz federal David D. Dantas diz, "é inadmissível que edificação em área de preservação ambiental com ocupação irregular, poluidora de rio federal, permaneça nessa condição a título de direito adquirido de seu proprietário. Não há direito adquirido contra princípios constitucionais". (ACP 2002.61.02.001233-9)

O Plano Collor e a Justiça Federal

Elizabeth Branco Pedro

Os planos econômicos no Brasil, na década de 80 e 90, foram tentativas de estabilizar a economia do país. Esses planos causaram grandes transtornos ao Poder Judiciário, sobretudo o Plano Collor. Os magistrados aposentados Antonio Mauricio da Cruz (1991-1996), Carlos Alberto Rocha (1992-1997), Fauzi Achoa (1988-1996), Marli Barbosa da Silva ((1996-2004), Miriam Costa Rebollo Câmara (1993-1998) e Sérgio Lazzarini (1987-1995), que atuavam à época do Plano Collor, entrevistados pelo Centro de Memória da Justiça Federal de São Paulo, compartilham da mesma opinião: a demanda do número de processos na Justiça Federal foi extraordinariamente crescente. “A Justiça nunca mais foi a mesma depois da Era Collor, que continuou produzindo efeitos”, cita Antonio Maurício da Cruz.

Fauzi Achoa proferiu a primeira sentença do Brasil liberando o dinheiro da caderneta de poupança retido pelo Plano Collor. Os pedidos eram, na maioria, de consumidores pelo desbloqueio do dinheiro, com alegações de emergências, como cirurgias e negócios já iniciados. A Constituição no Brasil, em 5/10/1988, instituiu a transferência da competência dos crimes chamados “de interesse federal” para a Justiça Federal. Sérgio Lazzarini, explica: “quando o fato jurídico transcende aos limites do local, então isso passa para a Justiça Federal, que é de interesse nacional”. Essa é a grande importância da JF.

Os efeitos da era Collor não acabaram. Processos continuam em andamento nas varas federais cíveis da

Justiça Federal de São Paulo, 1ª instância, e em fase de recurso, 2ª instância, TRF3, porque o ajuizamento das ações, contra bancos, referentes às quantias não repassadas ao Banco Central, prescreve em 20 anos (quadro). A inconstitucionalidade do ato do ex-presidente Fernando Collor de Mello fez do judiciário a retaguarda da população para o ressarcimento das perdas ocorridas à época, o que demonstra sua importância no panorama nacional.

PLANOS DE ESTABILIZAÇÃO MACROECONÔMICA 1986-1995

1986. O primeiro plano de estabilização macroeconômica, o Plano Cruzado I (fev/86), nasceu no governo José Sarney em um cenário de hiperinflação e corte de 3 zeros da moeda; o Plano Cruzado II (nov/86) levou ao corte de mais 3 zeros da moeda.

1987. O Plano Bresser (jun/87) trouxe congelamento de salários e preços.

1989. Plano Verão (jan/89), ainda no governo José Sarney. As sucessivas trocas de moedas criaram no brasileiro uma descrença total sobre o controle da inflação.

1990. Em 16 de março de 1990, um dia após sua posse na Presidência da República, Fernando Collor de Mello, através da Medida Provisória 168/90 (convertida na Lei 8024/90), anunciou o Plano Brasil Novo ou, como ficou conhecido, **Plano Collor I**. Nova reforma monetária: confisco de aplicações financeiras, bloqueio por 18 meses de contas dos valores superiores a 50 mil cruzados novos, volta do cruzeiro como moeda nacional, congelamento de preços e salários e mudanças no regime cambial e política comercial. Registrou-se uma das maiores recessões do país.

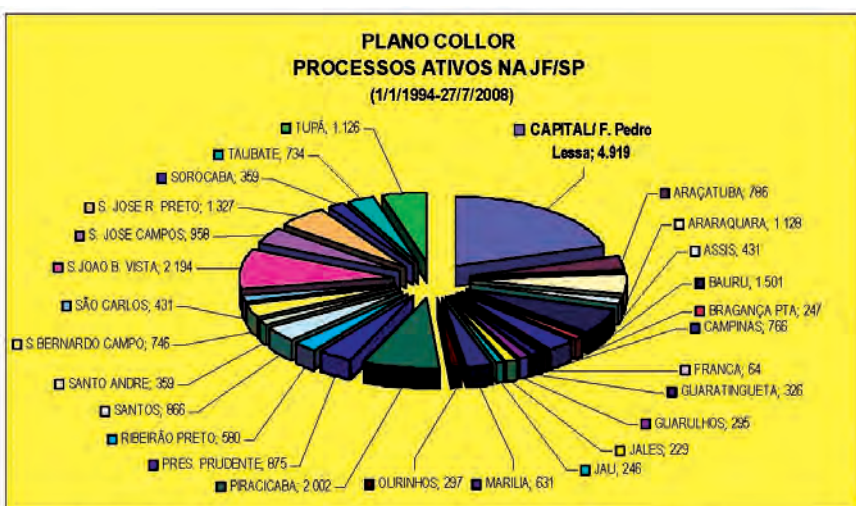
1991. Em 31 de janeiro de 1991, o governo aplica o **Plano Collor II**, MP 294/91 (convertida na Lei 8177 de 01.03.1991). Novo surto inflacionário.

1992. Em 1992, um esquema de corrupção no governo, investigado por uma CPI, Comissão Parlamentar de Inquérito, com amplo apoio popular, culmina com o *impeachment* do presidente Collor. Assume o vice, Itamar Franco (1992-1994), implantando o último plano de estabilização do país, na gestão de Fernando Henrique Cardoso no Ministério da Fazenda: o Plano Real (jul/94).

AJUIZAMENTO DE AÇÕES DOS PLANOS ECONÔMICOS*

| PLANO | PERÍODO | AJUIZAMENTO ATÉ |
|-----------|-----------------------------|-----------------|
| Bresser | junho de 1987 | 31/05/2007** |
| Verão | janeiro e fevereiro de 1989 | 31/12/2008 |
| Collor I | março a maio de 1990 | 28/02/2010 |
| Collor II | janeiro e fevereiro de 1991 | 31/12/2010 |

(*) Prazo é de 20 anos | (**) Aguardam resultado de ações civis públicas



Processos na JF/SP, 24.423; em fase de recurso (TRF3), 5.867; total 30.290 processos.

Bem-vindos: novos servidores recebem treinamento e orientação

Ricardo Acedo Nabarro

“Quando o carteiro chegou e o meu nome gritou com uma carta na mão...” - o verso de Aldo Cabral e Cícero Nunes (1945), na voz de Isaura Garcia e de outros tantos cantores, disparou corações por décadas. Numa versão mais moderna e bem menos romântica, é assim que até hoje corações continuam disparando quando o telegrama da Justiça Federal chega à casa do candidato que tenta uma vaga na instituição.

Vencida a primeira batalha do concurso, é hora de se dirigir à administração para os exames admissionais - psicotécnico e médico. Avaliados e aprovados pelas áreas médica e de acompanhamento funcional, os candidatos recebem a relação dos documentos necessários para a posse e, pronto, é hora de por a mão na massa.

Ao mesmo tempo em que a Justiça Federal cresce e amplia o seu quadro de funcionários a cada ano, novos procedimentos são adotados para receber os candidatos que chegam à instituição e dão início à carreira. Para muitos, a novidade começa quando pisam pela primeira vez, como funcionários públicos, no saguão do prédio administrativo localizado na rua Líbero Badaró n.º 73, centro de São Paulo.

O cearense Flávio Ediano Hissa Maia, 22, que veio do Amapá para tomar posse em São Paulo no dia 11/7/2008, se diz aliviado. “Estava perseguindo os concursos da Justiça Federal em todo o país e isso acabou me trazendo a São Paulo. Senti enorme contentamento e alívio por ter conseguido”. Aprovado em 7º lugar no concurso de 2007, Flávio trabalha agora como analista judiciário da 6ª Vara de Execuções Fiscais. “Fui muito bem recebido tanto pelo pessoal do administrativo quanto da Vara”.

Novos tempos

Quem trabalha na Justiça Federal há mais de sete anos sabe que as coisas mudaram nos últimos tempos. “Quando tomei posse, no ano de 1993, recebi somente uma breve aula prática sobre o sistema processual informatizado (aproximadamente uma hora de treino), que foi essencial para mim. Posteriormente, até mesmo esse treino rápido foi suprimido. Os servidores que chegaram depois de mim deixaram de receber essa aula”, conta Paula Maria Amado de Andrade, 34,

diretora da 3ª Vara Cível Federal de São Paulo/SP.

Naquela época, havia outro agravante: a falta de recursos da informática. Eram dois micros por vara instalados no gabinete e somente máquinas de escrever nas secretarias. “Incrível como no decorrer desses catorze anos a Justiça Federal sofreu modernização tão grande. Ainda temos enorme volume de serviço, mas melhorou bastante. Ao contrário do que se pensa, treinamento é ganho de tempo. O treino de hoje evita os erros de amanhã e economiza o tempo que se perderia consertando o serviço executado incorretamente”, raciocina Paula.

No caso de Flávio, que ingressou na Justiça Federal neste ano e teve uma semana de treinamento antes de ir para a vara, foi diferente. “Apesar de ter sido rápido, creio que ajudou bastante para que os novatos tivessem certas noções do sistema processual e das atividades do cartório. Ainda acho que o tempo (de treinamento) foi curto para, de fato, preparar o servidor para o volume de trabalho existente”, pondera.

Uma semana de treinamento e orientação

Os Recursos Humanos tem demonstrado clara preocupação em preparar o novo servidor para o que vem pela frente. Durante uma semana, recebem treinamento e orientação das principais áreas administrativas e cartorárias (varas). São inseridos na Justiça Federal com informações sobre a estrutura e competências da instituição; práticas cartorárias; rotinas processuais; telefonia e sistemas de informática (intranet, internet, rede novell, groupwise). Há também um dia dedicado às áreas de administração funcional (pessoal e folha de pagamento) e de acompanhamento e desenvolvimento de RH (benefícios e lotação). “As dúvidas vão surgindo durante o tempo em que eles se adaptam às lotações. A semana de integração serve para ambientá-los e municiá-los com informações sobre a instituição, oferecendo os conhecimentos necessários enquanto servidores públicos da Justiça Federal”, diz a supervisora da Seção de Recrutamento e Lotação, Maria Regina Miranda Musolino.

No primeiro dia de integração, geralmente na segunda-feira, os novos



Flávio Ediano, aprovado em 7º lugar no concurso de 2007



Paula Maria Amado de Andrade, diretora da 3ª Vara Cível Federal da Capital



O analista judiciário Arnoldo Wilde, 7ª Vara Previdenciária, instrui sobre rotinas cartorárias e Sistema MUMPS



Assista ao vídeo de integração no espaço multimídia da Revista virtual em: <http://imprensa.jfsp.gov.br> ou pela internet no endereço: www.jfsp.jus.br no botão: **imprensa > videoteca virtual.**

servidores assistem ao vídeo bem humorado com explicações sobre o funcionamento da Justiça Federal, a rotina de uma vara e os bastidores da administração. Produzido pela Seção de Divulgação Social, o vídeo conta com a atuação e figuração de servidores da própria instituição (veja na página da internet www.jfsp.jus.br, em imprensa > videoteca virtual).

Na parte da tarde, assinam o documento que formaliza a posse do cargo e recebem as boas-vindas da juíza federal diretora do Foro (quase sempre pessoalmente). Depois são orientados pela Seção da Folha de Pagamento quanto aos detalhes da remuneração e a composição do contracheque, descontos de previdência e imposto de renda, consignações facultativas, data de pagamento, sistemática de crédito bancário etc. “Os servidores demonstram muito interesse nas informações, fazendo várias perguntas e comentários”, conta o supervisor da Seção, Marcos Breve.

Ainda no primeiro dia, a Seção de Benefícios e Assistência Social - Pró-Social fala sobre as atividades que oferece em prol da qualidade de vida do servidor, incentivo ao lazer, cultura, esporte, assistência médica e odontológica, auxílio transporte, creche e convênios com empresas privadas. Também recebem orientações sobre ética no trabalho e informações da Seção de Recrutamento e Lotação sobre as possibilidades de atuação nos diversos setores da Justiça Federal.

No segundo dia (terça-feira), os novos servidores são recebidos pela supervisora Cíntia Miluzzi, da Seção de Apoio Logístico a Eventos de Capacitação. “No geral eles têm agradecido bastante a oportunidade de participar da ambientação. Dizem que não imaginam como seria ir para uma vara sem o treinamento, ficariam perdidos”. Segundo a supervisora, a maior dificuldade dos novos servidores

tem sido entender o sistema processual informatizado das varas (MUMPS), que “acham muito complexo e difícil”.

Devidamente recepcionados, começa o treinamento de quatro dias no prédio da Praça da República n.º 299. Durante todo o primeiro dia, a Seção de Capacitação e Desenvolvimento de Recursos Humanos aborda questões de interesse para a carreira do servidor, tais como avaliação de desempenho, o perfil do novo servidor público, adicional de qualificação por cursos de aperfeiçoamento, atendimento e etiqueta corporativa.

No dia seguinte, instrutores das áreas de internet, intranet, telefonia e procedimentos cartorários orientam os novos servidores sobre as ferramentas de trabalho disponíveis na Justiça Federal de São Paulo. Por fim, durante dois dias, recebem aulas com servidores e diretores de vara sobre as rotinas processuais.

“Com esse treinamento desejamos que o servidor recém ingresso seja bem recebido, sane suas dúvidas sobre o funcionamento da Justiça Federal e tenha noções básicas de varas e demais lotações. Esperamos que dessa forma ele chegue ao local de trabalho mais bem preparado e informado”, conclui Gisele Molinari Fessore da Silva, supervisora da Seção de Capacitação.

- ✓ ESTRUCTURA E COMPETÊNCIAS DA INSTITUIÇÃO
- ✓ PRÁTICAS CARTORÁRIAS E ROTINAS PROCESSUAIS
- ✓ SISTEMAS DE INFORMÁTICA (INTRANET, INTERNET, REDE E CORREIO ELETRÔNICO)



Estes são alguns assuntos tratados no treinamento de integração.

Os magistrados federais Renato Lopes Becho, 10ª Vara Federal de Execuções Fiscais/Capital, Olga Curiaki Makiyama Sperandio, 6ª Vara Federal de São José do Rio Preto e Eliana Parisi e Lima, 4ª Vara Federal de São José dos Campos, de diferentes localidades da Seção Judiciária de São Paulo, mostram quais são os desafios e as prioridades na administração de vara especializada em execuções fiscais.

Desafios e prioridades na administração de vara especializada em execuções fiscais



SÃO JOSÉ DOS CAMPOS
Eliana Parisi e Lima
Juíza Federal - 4ª Vara Federal

É comum algum juiz ou servidor definir o seu trabalho com expressões como: “trabalhar aqui é como enxugar gelo”, ou “meu trabalho é como cavar um poço: quanto mais trabalho, mais afundo”. Expressões como essas revelam a frustração que por vezes toma conta do coração de quem deseja ardentemente fazer a entrega da prestação jurisdicional de forma rápida e com qualidade, mas esbarra nas limitações estruturais que compõem o cenário de boa parte das varas federais. Nas duas últimas décadas o número de demandas judiciais cresceu de forma geométrica. Podemos comemorar o fato de que o povo brasileiro “descobriu” a Justiça Federal. Porém, se por um lado a demanda cresceu exponencialmente, por outro lado a criação de novas varas, a contratação de servidores e nomeação de novos juízes ocorreram de forma aritmética. O espaço que dispomos aqui não nos permite discorrer minuciosamente sobre esse contexto. Ademais, as causas do assoberbamento do judiciário federal são bastante conhecidas e amplamente debatidas pelos operadores do Direito. Creio que nenhuma outra área sentiu tanto o aumento da demanda pelo judiciário federal quanto a área fiscal. Basta comparar o acervo das varas fiscais com as demais varas. Quase sempre são as varas fiscais que contam com o maior número de feitos. Isso se dá pela conjunção de alguns fatores, tais como: i) estabilização da moeda; ii) ampliação da estrutura de fiscalização e cobrança; iii) uso dos recursos de informática e comunicações, etc. A solução deste quadro demanda medidas estruturais, medidas operacionais e mudança de postura. As medidas estruturais implicam em mudança na legislação, incremento da estrutura administrativa, maior aparelhamento do judiciário e criação de áreas de sinergia entre o judiciário e a administração. As mudanças operacionais passam pelo investimento na capacidade criativa e proficiência técnica dos servidores e magistrados que atuam na área fiscal. Tanto aqueles quanto estes precisam de suporte para implementar e desenvolver

ferramentas de gestão tais como planejamento estratégico, gestão por qualidade, gestão de pessoas, etc. Mas a maior e mais poderosa mudança está na postura dos que labutam na linha de frente de uma vara federal especializada em execuções fiscais. Ao contrário do que se pensa, trabalhar em uma vara fiscal pode ser uma rica e desafiadora experiência. Trata-se de uma área complexa, intrincada, permeada de detalhes e sutilezas que exigem atenção e um olhar arguto. É preciso aprender a gostar desse trabalho. Ademais, é preciso enxergar a relevância. No conjunto, as varas fiscais arrecadam um expressivo valor e ajudam a combater a sonegação e a evasão fiscal. Termino evocando uma sabedoria milenar. Na língua chinesa a palavra CRISE é muito interessante. O ideograma chinês para "CRISE" é a combinação de dois símbolos. Um significando "perigo", o outro pode ser traduzido como "oportunidade". Veja o ideograma chinês para CRISE:



Diante dos desafios do trabalho em uma vara fiscal, é preciso ter talento para crescer com a CRISE e transformar PERIGO em OPORTUNIDADE.



SÃO JOSÉ DO RIO PRETO
Olga Curiaki Makiyama Sperandio
Juíza Federal - 6ª Vara Federal

Sabe-se que o próprio procedimento de execução fiscal fomenta a lentidão da marcha nele ordenada: o excesso de recursos e de impugnações e a ineficiência do credor na localização do devedor e bens penhoráveis estimulam o comportamento recalcitrante do devedor. Assim é que sonegadores contumazes, enquanto empregam uma série de artifícios para subtraírem-se à ação coativa do Estado, aplicam o capital correspondente em operações financeiras cuja rentabilidade suplanta o ônus que possam vir a suportar se e quando saldarem a dívida. Nesse ínterim, costumam desfazer-se do patrimônio. Com tal perspectiva, e tendo em mente que a missão prioritária do Poder Judiciário de dar ao credor o que de direito não se realiza

sem o compromisso com um processo de resultado, e que este é traduzido, numa vara de execuções fiscais, pela satisfação do crédito fazendário legítimo sem desrespeito à intangibilidade do patrimônio de quem não deve por ele responder, a 6ª vara de São José do Rio Preto imprime celeridade aos feitos executivos e prioriza a tramitação das ações e manifestações incidentais do devedor, também conferindo tratamento diferenciado às execuções dos maiores devedores e às ações cautelares fiscais, já que nelas se empregam os incidentes mais sofisticados para retardar seu andamento ou para dilapidar do patrimônio. Os leilões, que são um evento na cidade, obedecem a um calendário, sendo os bens apregoados por leiloeiro oficial. A maior transparência e divulgação ao certame, a possibilidade de parcelar a arrematação e a fixação do lance mínimo também são fatores atrativos, tanto que adotados por outros órgãos judiciários. Nos 44 pares de leilão realizados entre 06/2004 a 05/2008, em 814 feitos, apurou-se a quantia de R\$ 10.249.621,92. A propósito, para além da expressão econômica, a efetividade da hasta pública se afirma na medida em a simples designação de datas para sua realização desencadeia a aceleração de pagamentos e parcelamento de débitos. O desafio da Vara é reduzir para menos de um ano o tempo entre a distribuição da execução e a realização de leilão. Para tanto, vem revendo os procedimentos para simplificar e acelerar sua tramitação, gerenciando informações acerca dos devedores e seus bens, pensando processos, empreendimento esse só viabilizado com sacrifício pessoal dos servidores, sem colaboração dos Procuradores da Fazenda Nacional, apoiados na sempre alegada “falta de estrutura”. De grande contribuição seria a criação de um Programa de Incentivo às adjudicações, como o do TRF da 2ª Região, para tornar mais efetiva a execução e, secundariamente, permitir a utilização provisória (mediante depósito) ou definitiva (mediante adjudicação seguida de cessão) dos bens penhorados por entidades sociais cadastradas. Essa seria, talvez (me perdoem os mais otimistas), a solução mais factível para resgatar o prestígio da função jurisdicional enquanto não se reverter a orientação dos Tribunais de inadmitir prisão civil do depositário infiel!



CAPITAL

Renato Lopes Becho

**Juiz Federal - 10ª Vara Federal
Execuções Fiscais**

Os juízes preparam-se para os concursos estudando o direito. Quando passam a judicar, descobrem que cabe a eles uma tarefa de grande envergadura: a administração. Não houve uma preparação técnica para isso, mas se existirem muitas

falhas nessa área, a prestação jurisdicional poderá ser prejudicada.

Estamos na mesma vara desde março de 2001. Temos um quadro de 13 servidores, com um acervo que envolve aproximadamente 40 mil feitos, incluindo os suspensos em arquivo. O primeiro desafio é dar andamento em tantos feitos com número tão pequeno de servidores. Entendemos que o principal é a identificação, por todos nós, juiz e servidores, de que compomos uma única equipe. Somos um grupo, um time. Todos somos importantes nessa estrutura. Para tanto, há divisão de atribuições e responsabilidades, sendo algumas tarefas desempenhadas por todos. Uma organização requer certa hierarquia. Por isso, destacamos a importância dos supervisores. É fácil perceber a importância do diretor de secretaria e do oficial de gabinete. Até nosso “público” os identifica com facilidade. Mas, internamente, os supervisores são figuras essenciais.

Neste ano de 2008 elegemos, junto com o diretor de secretaria, três prioridades específicas: a atualização de nosso Manual de Procedimentos (de 2002), o apensamento de feitos de mesmas partes e o andamento nos processos arquivados mais antigos. O Manual de Procedimentos é muito útil para permitir a todos os servidores e estagiários entender com mais facilidade o andamento dos processos e o encadeamento das tarefas, além de conter um grande número de decisões repetitivas. Terminamos a atualização em abril. O apensamento de feitos é providência salutar. É comum que os executados possuam diversas execuções. O apensamento permite a redução no número de despachos, pois somente um recebe o andamento. Evitamos a repetição de tarefas cujo resultado já se conhece. Essa prioridade foi incorporada como padrão. Estamos desarquivando os processos ativos (não localização do devedor ou de bens) mais antigos. Desarquivamos lotes de 500 feitos, uma pequena parte do acervo (24 mil processos) e abrimos vista para os exequentes. Em torno de 90% dos feitos, os autores pediram a extinção por cancelamento do débito. Muitos dos restantes receberam sentença reconhecendo a prescrição intercorrente. Havia um relativo à cobrança de imposto devido em 1957. Poderia a parte dizer: “está para nascer o juiz que julgará esse processo”!

Para finalizar, registro como é estimulante ser juiz e servidor em uma vara de execução fiscal. Compomos o braço da Justiça que está com a espada apontada para o patrimônio dos contribuintes. Os maiores desafios são identificar quais são os injustamente executados e alcançar os sonegadores que se escondem do Poder Judiciário.

Este espaço é reservado para os magistrados da Justiça Federal de São Paulo divulgarem suas opiniões e debaterem acerca de desafios na administração de Varas e Fóruns. Interessados em participar devem encaminhar seu texto ou sugestão de pauta para o endereço: jf-imprensa@jfsp.gov.br.

Informática passa por inovações

Viviane Ponstinnicoff

Meta é integrar as tarefas dos servidores com as novas tecnologias

Quatro sistemas de informática estão em pleno uso para facilitar o trabalho dos servidores da Justiça Federal de 1º Grau em São Paulo (JF/SP), visando economia de tempo e otimização das tarefas diárias. Um deles é inteiramente novo e os outros três passaram por atualizações recentes. Tratam-se do SAPEP, SICOM, Call Center e Solicitação de Materiais.

O Sistema de Aquisição, Processamento, Empréstimo e Pesquisa de Material Bibliográfico, SAPEP, é o novo sistema eletrônico de atendimento das solicitações para compra de livros necessários ao trabalho das varas federais, juizados e núcleos da Administração.

O Sistema de Comunicação, SICOM, foi criado para padronizar e agilizar o envio de correspondências internas dos servidores. O sistema permite a impressão de etiquetas e a armazenagem de uma lista de correspondências enviadas e recebidas. “Com o SICOM, o trabalho dos setores de comunicações está mais ágil e o rastreamento das correspondências pode ser feito pelo próprio remetente”, diz Lindinalva Pais, supervisora da Seção de Comunicações. Além de ser um programa auto-explicativo, o sistema não requer o emprego de senhas ou rotinas específicas, e está disponível na rede para todos os servidores.

O Call Center é um sistema unificado de atendimento às solicitações de informática dos servidores da JF/SP e TRF3, feito via rede interna (intranet). Por meio dele, o usuário pode abrir solicitações acerca dos mais diversos problemas em seus computadores.

O serviço passou por um “up grade” recentemente para atender novas necessidades solicitadas pelos usuários e se adaptar à união das informáticas da 1ª instância e do TRF3, que ocorreu no ano passado. Agora, as solicitações passaram a ser feitas somente *on-line*, na página do Call Center na intranet. Com isso, a informática agilizou tanto a abertura quanto o atendimento dos chamados. “O Call Center é uma ferramenta poderosa que, se utilizada corretamente, beneficiará a todos. Usar o telefone ou ir pessoalmente procurar um técnico de informática é mais trabalhoso e de efeito prático menor do que pelo computador”, diz Luiz Gôngora, supervisor da Seção de Suporte Técnico de 1º Grau.

A Solicitação de Materiais, que antes era um ícone na área de trabalho do computador dos servidores autorizados para fazer os pedidos de materiais de almoxarifado, agora está também na rede interna,

possibilitando o uso de qualquer máquina para o trabalho.

As inovações tecnológicas são de suma importância para a economia financeira e agilização de procedimentos.

SAPEP

Padronização e rapidez na execução das solicitações de livros, transparência das informações, segurança no armazenamento de dados, agilidade no processamento do material adquirido, economia de material e de tempo, autonomia do usuário na verificação dos seus acervos, facilidade de pesquisa.

Essas melhorias devem-se ao Sistema de Aquisição, Processamento, Empréstimo e Pesquisa de Material Bibliográfico - SAPEP. Criado para atender às solicitações de compra de livros, o novo sistema eletrônico foi desenvolvido num trabalho conjunto da Seção de Sistemas Administrativos de 1º Grau com a Biblioteca Central.

Durante muitos anos a compra de material bibliográfico para toda a Seção Judiciária era feita com o auxílio de programas de informática comuns, como Excel, Word e Access. “Executávamos muitas operações manualmente, como a compilação dos pedidos e a confecção das etiquetas. O trabalho precisava ser conferido sempre para evitar erros e não havia como recuperar dados rapidamente”, conta Doralice de Castro supervisora da Biblioteca Central

Com o intuito de simplificar, otimizar e assegurar esses procedimentos, o Núcleo de Informática consolidou o agrupamento dos diferentes tipos de arquivos usados num único programa interativo - o SAPEP. “Agora o usuário pode verificar suas aquisições e pedidos anteriores, fazer a solicitação *on-line* a partir de uma listagem constantemente atualizada, além de cadastrar, ele mesmo, itens de seu interesse que não estejam na lista”, diz Doralice.

O SAPEP foi selecionado pelo Conselho da Justiça Federal para integrar o *Jusqualitas*, que tem como objetivo disponibilizar informações estratégicas sobre soluções adotadas para a resolução de problemas que afetam o funcionamento da Justiça Federal, em todo o país.

O projeto pode ser conferido na página <http://www.jf.jus.br>.

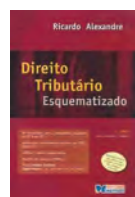


**ZUZU ANGEL****Drama - Brasil - 2006****Sérgio Rezende**

Zuzu Angel é uma estilista de sucesso que ajudou a divulgar a moda brasileira por todo o mundo. Nos anos 70, Zuzu travou uma batalha contra a ditadura militar, devido ao desaparecimento de seu filho Stuart, membro do movimento estudantil da época. Após sua prisão, Stuart foi torturado e assassinado, sendo dado como desaparecido político. A partir daí Zuzu decide denunciar os abusos cometidos pela ditadura, chamando a atenção no Brasil e no exterior.

**A PARTILHA****Comédia - Brasil - 2001****Daniel Filho**

Reunidas para o enterro da mãe, quatro irmãs se vêem obrigadas a discutir entre elas a divisão da partilha de bens. Já que todas seguiram caminhos bem diferentes, elas passam a confrontar entre si suas opções de vida e juntas passam a fazer um balanço do passado e dos bons momentos que tiveram, sendo obrigadas ainda a enfrentar as novas situações que o cotidiano lhe impõe.

**Direito Tributário Esquemático****2ª Edição - Método - Ricardo Alexandre**

O autor, professor com larga experiência em concursos públicos, após profunda análise das provas aplicadas e avaliação da evolução e das tendências das bancas examinadoras apresenta ao candidato, nesta obra, uma abordagem completa das matérias que compõem os programas de direito tributário dos principais concursos públicos realizados no Brasil. Nos temas aponta o entendimento mais seguro para ser seguido em prova finalizando a obra com questões sobre a matéria, proporcionando ao leitor a possibilidade de aferir seu aproveitamento, além de confirmar a consonância entre o texto e o raciocínio das bancas examinadoras.

**Código Civil Anotado****13ª Edição/2008 - Saraiva - Maria Helena Diniz**

A autora procura explicar o que no Código se contém, abrangendo a riqueza da atual realidade social e dos valores objetivos nela vigentes. Para tanto, efetuou breves anotações em cada um de seus artigos, acompanhadas de remissões legislativas, de decisões jurisprudenciais e de selecionada bibliografia a eles pertinentes, que servirão de guia na busca de bases mais profundas. Nestas anotações a autora procura oferecer ao público informações imprescindíveis para uma viagem nos domínios do direito civil.

A Diretoria do Foro agradece a todos que doaram seus livros para a Biblilazer: Adriana Freisleben De Zanetti, Aldo Sunas, Ana Cristina De Castro Paiva, Audry Cândida Da Silva, Angélica Resende, Carla Fernanda Alves Ferreira, Carlos Alberto Dos Reis, Celso Kenji Miyamoto, Claudia Nannini Ferrari, Claudia Rafael Amâncio Nasrallah, Cristiane Gomes Toledo, Cristina Maillet De Lima Rocha, Daniel Portugal, Doralice De Castro, Eiko Yamashiro, Elizabete D'Oliveira G. Costa, Emilia Tomoko Tsunehiro Kazama, Fábio Nunes Dos Santos, Fernanda Maria Faulin Dos Santos, Graça Maria Mihoto, Ivone De Araújo Monteiro, Joceli Guerra Castelfranchi, Leica Kraneck Sumida, Lesley Gasparini, Lucivaldo Santos Silva, Luiz Guilherme Martins, Marcelo Padula, Márcia Hoffmann Do Amaral E Silva Turri, Maria Alice De Vicencio, Maria Aparecida Roseira Teixeira, Maria Cristina De Luca Barongeno, Maria Mikie Muramoto, Mirian Miyuki Oghihara Kamimura, Maria Noriko Massuyama, Mônica Autran Machado Nobre, Osvaldo João Chéchio, Patrícia Lopes Caçado, Raelcer Baldresca, Renata Andrade Lotufo, Rosemeire De Fátima Ferreira Pinheiro Costa, Sílvia Aparecida Sponda Triboni Miranda De Almeida, Sílvia Figueiredo Marques, Valéria Da Silva Nunes, Vera Lúcia Menezes Paz Nunes, Yolanda Waldowski Ralha.

A Esperança e o Drama (*)

Adonis Ferreira - 1ª Vara, São João da Boa Vista

A roda da história girou...
Pela ironia deu ao mundo duas crianças
Que hoje representam o medo e a esperança.
Divididas pela cultura, pela vida,
pelo amor, pelo terror,
Ao que tudo estático parecia, semearam mudanças...

O primeiro cresceu na étnica diversidade
Aprendeu a palavra amor na variedade
Nem a sua cor, o impediu, com o seu valor,
de entrar na branca universidade.

Competente, determinado, lá ficou.
Apaixonado pelo discurso exaltado
e pelo teu sol chamado... Michele,
Luz que te ilumina e
para o mundo por ti caminha.

O nome dele é Obama...

Outro menino
No nome apenas uma semelhança
Ergue-se gente nas chibatadas da desesperança.
Da violência, fugiu na religião, e lá teve uma única lição:
difamar a palavra paz do Corão.
Dali, só devolveu ao mundo
dor e destruição.

Esconde atrás do véu da intolerância,
de feminina ausência, sem mãe,
Não teve infância.

O Teu nome criança,
é Osama.

E o irônico destino,
deu aos dois meninos, rumos tão desiguais,
trazendo a nossa memória coisas surreais.
A esperança e o drama
Na história de cada um, na nossa se faz...

Para uns, a dor deste mês de setembro lembrou...
Para outros, a chance tão perto chegou...
Para o Mundo, mais uma humana e coincidente história,
tão de repente como a sua criação, apenas recomeçou...

(*)Dedico esta aventura aos colegas que participaram do Curso "DESENVOLVIMENTO GERENCIAL E GESTÃO DE PESSOAS", no dias 7 e 8 de agosto, em São Paulo, e aos coordenadores Sergio e Gisele.

Ao meu filho que ainda vai nascer, num mundo melhor, com certeza!

Este espaço é dedicado a todos que queiram
compartilhar suas histórias. Encaminhe seu
texto para jf-imprensa@jfsp.gov.br

Dia do Servidor Público

2008

HOMENAGEM DA
DIRETORIA DO FORO
A TODOS OS SERVIDORES
DA JUSTIÇA FEDERAL

**Acompanhe pela intranet o cronograma
de eventos para o dia do servidor**



Dia do Servidor Público